

N. F. Nº - 210943.1085/16-2
NOTIFICADO - FÁBIO GAMA PIOLLI
NOTIFICANTE - CARLOS LAZÁRO DE ANDRADE
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 07/10/2025

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0242-02/25NF-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. NOTA FISCAL INIDÔNEA. MERCADORIAS DIVERGINDO DO CONSTANTE NO DOCUMENTO FISCAL. Notificante não comprova como chegou à base de cálculo para cobrar o ICMS. A Súmula do CONSEF de nº 01 estabelece que é nulo o procedimento fiscal que não contenha de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo. Notificação Fiscal **NULA**, Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 06/06/2016, no Posto Fiscal Honorato Viana, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 6.655,14, multa de 100% no valor de R\$ 6.655,14, perfazendo um total de R\$ 13.310,28, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração **01 51.01.06** – Utilização de Nota Fiscal com local de saída das mercadorias divergindo do constante no documento fiscal.

Enquadramento Legal: Art. 2º inciso I, art. 6º, inciso III, alínea “d”, art. 17, § 3º, art. 40, § 3º e art. 44, inciso II, alíneas “d” e “f” da Lei 7.014/96 C/C o artigo 318, § 3º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Multa prevista no art. 42, inciso IV, Alínea “j” da Lei nº 7.014/96.

Assim consta na Descrição dos Fatos: “Constatado que os DANFES nº 146, 148 e 149, além de acobertar o trânsito das mercadorias codificadas sob as NCM 73081000 e 73084000 com saída promovida por estabelecimento de contribuinte de inscrição estadual 52556520 (TEMAN ENGª E MANUTENÇÃO LTDA localizado no Acesso A da CIA/SUL próximo à fábrica da COCA COLA em Simões Filho) também não coincide com as mercadorias efetivamente transportadas, visto que itens como compressores (ncm 8414) e bombas (ncm 8413) não se encontram na posse do transportador”.

O Notificado apresenta peça defensiva através de advogado, com anexos, às fls. 25/45.

Inicia fazendo uma breve síntese dos fatos e falando da tempestividade da defesa.

Informa que, em que pese a relevância das argumentações constantes na notificação impugnada, a mesma encontra-se eivada de vícios formais e materiais decorrentes da inobservância dos parâmetros legais e jurisprudenciais acerca da matéria, que a torna nula de pleno direito e juridicamente inexigível, como será devidamente demonstrado.

Diz que o Notificado prestou um serviço para a empresa ORIGINAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LIMITADA, para realizar o transporte de mercadorias de propriedade desta, para a empresa ELITE ENGENHARIA LTDA, situada na cidade de São Felix/BA, acobertada pelas notas fiscais 000.146, 000148 e 000149. Os produtos comercializados pela ORIGINAL, são adquiridas diretamente da empresa TEMAN ENG. E MANUTENÇÃO LTDA. Nesse contexto, por uma questão de logística a ORIGINAL solicitou que o notificado na condição de transportador autônomo, passasse primeiramente na TEMAN antes de seguir viagem para a empresa ELITE, já que todas as empresas

envolvidas na transação comercial estavam na mesma rota do caminhão, qual seja, Lauro de Freitas – Simões Filho – São Felix. Ocorre que, no Posto Fiscal Honorato Viana, o caminhão que transportava as mercadorias foi parado e o seu condutor fora autuado sob a alegação que havia uma divergência entre as mercadorias transportadas e as respectivas notas fiscais, fato este que não ocorreu, haja vista que toda transação fora realizada em total consonância com legislação fiscal acerca da matéria,

Afirma que os fatos chegam a ser um tanto contraditórios, eis que em um determinado momento é dito que as mercadorias estavam acobertadas pelas notas fiscais apresentadas, e em outro momento afirma que as mercadorias não coincidiam, fazendo surgir a dúvida do que realmente continha no caminhão. Além disso, os valores fixados a título de multa e imposto foram arbitrados de forma aleatória e abusiva, sem indicação dos parâmetros legais atinentes à matéria, violando, por consequência, os direitos civis do contribuinte. A notificação impugnada foi concebida de forma ilegal e deve ser devidamente anulada, sob pena de causar prejuízos imensuráveis a vida do contribuinte e estimular a insegurança jurídica nas relações entre o cidadão comum e o fisco.

Cita que outro ponto importante a se observar é a ilegitimidade passiva do notificado na sua condição de transportador autônomo com mercadoria plenamente identificada na forma do art. 18, IV, “b” do RPAF. No presente caso, a notificação fiscal fora dirigida equivocadamente para o sr. Fábio Gama Piolli, que figurou apenas como transportador autônomo na relação jurídica que ensejou a lavratura da notificação impugnada, sendo que no momento da autuação todas as partes envolvidas foram devidamente identificadas através das notas fiscais legítimas, seja o remetente, o destinatário e a mercadoria transportada, não havendo razão para a responsabilização da pessoa física do transportador.

Ante todo o exposto, requer:

A anulação da notificação fiscal nº 210943.1085/16-2, com base nos argumentos de fato e de direito ora apresentados, determinando-se, por consequência, a sua imediata extinção e baixa.

Não consta informação fiscal.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS por Utilização de Nota Fiscal com local de saída das mercadorias divergindo do constante no documento fiscal, com o valor histórico de R\$ 6.655,14.

Do exame das peças processuais, observo a existência de vícios jurídicos intransponíveis relativos à legalidade do lançamento, que é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação, observando o devido processo legal.

Preliminarmente entendo pertinente registrar que na dicção do art. 2º do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99) a instauração, o preparo, a instrução, a tramitação e a decisão do processo administrativo são regidos, entre outros princípios, o da verdade material, da legalidade, da garantia da ampla defesa, e do devido processo legal:

“RPAF/BA – Decreto n 7.629/99

Art. 2º Na instauração, preparo, instrução, tramitação e decisão do processo administrativo e dos procedimentos administrativos não contenciosos, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo e da garantia de ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito.

Inicialmente verifico divergência entre o enquadramento legal e a descrição fática, enquanto que o Notificante enquadrrou como “**51.01.06 – Utilização de Nota Fiscal com local de saída das mercadorias divergindo do constante no documento fiscal**”, na descrição fática assim descreve “*Constatado que os DANFES nº 146, 148 e 149, além de acobertar o trânsito das mercadorias, ...*

também não coincide com as mercadorias efetivamente transportadas, visto que itens como compressores (ncm 8414) e bombas (ncm 8413) não se encontram na posse do transportador”, além disso, tendo a ação fiscal ocorrida dentro do Posto Fiscal Honorato Viana, quando o motorista parou para apresentar as notas fiscais, não tem como o Notificante comprovar que a mercadoria saiu de outro local e não da empresa remetente.

Encontro também uma planilha com a descrição “memória de cálculo” onde foi calculado o imposto que está sendo cobrado do Notificado. O Notificante utilizou como base para chegar ao ICMS cobrado, o valor de R\$ 36.973,00, sem, no entanto, demonstrar como chegou a este valor, não existindo nos anexos do processo, nenhuma informação.

O presente Conselho da Fazenda Estadual (CONSEF) tem estabelecido no seu conteúdo jurídico direcionador, em seus precedentes, sendo predominante e pacífica o entendimento exarado na Súmula CONSEF de nº 01 de que é nulo o procedimento fiscal que não contenha, de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo.

SÚMULA CONSEF Nº 01 ICMS. NULIDADE DO PROCEDIMENTO, CERCEAMENTO DE DEFESA. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. É nulo o procedimento fiscal que não contenha, de forma clara e compreensiva, a demonstração da base de cálculo e o método aplicado para a apuração do tributo.

Nesse caso específico, o Notificante não apresenta nenhuma informação de como chegou à base de cálculo do ICMS cobrado na Notificação Fiscal, em um claro cerceamento ao direito de defesa do contribuinte.

Desta forma, com fulcro no artigo 20 do RPAF/99, assim como na Súmula nº 01 do CONSEF, acima transcrita, impõe-se a decretação, de ofício, a nulidade do presente processo.

Voto, portanto, pela NULIDADE da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar, em instância ÚNICA, NULA a Notificação Fiscal nº **210943.1085/16-2**, lavrada contra **FÁBIO GAMA PIOLLI**.

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 30 de setembro de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA